

Fernando Molica

Disputas numa grande família

Ao afirmar que a família Bolsonaro tem que resolver seus problemas de relacionamento para que um de seus integrantes — Flávio Bolsonaro — ganhe a disputa presidencial, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, aborrou o individualismo que marca a atuação do clã.

Por lá, cada um atua com os olhos voltados para o umbigo. Como o próprio Costa Neto admitiu pouco depois, há muitos membros da família do ex-presidente envolvidos na política: seis, levando-se em conta apenas marido, mulher e filhos.

Por mais identificado que seja com visões de mundo da extrema direita, o grupo familiar gira em torno do próprio eixo, algo que se evidencia na falta de propostas mais amplas para o país.

O discurso de seus integrantes varia em torno de conceitos vagos e amplos como defesa da família, da anistia e da religião, dureza contra bandidos, pregação contra o comunismo, o PT e a corrupção.

O senador Flávio não foi escolhido pelo pai para disputar o Planalto por ser, entre os aliados mais próximos, o supostamente mais capaz e com melhores condições de impedir a reeleição de Lula. Ganhou o posto por ser filho de Jair — a prioridade do ex-presidente era passar a bola para um dos herdeiros. No seu terceiro casamento, nunca demonstrou entusiasmo por uma candidatura presidencial da atual mulher, Michelle. Filho, afinal, nunca deixa de ser filho.

Entre integrantes da oposição, entre eles o senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha de Flávio, há os que levantam a voz para criticar o governo, apresentam argumentos, números, cumprem a missão que lhes cabe.

Mas o projeto bolsonarista é tão focado na própria família e em seus interesses imediatos que sequer ouvimos algum integrante do clã defendendo propostas que não sejam restritas à lógica de reconquistar e manter o poder.

Ainda é cedo para que Flávio Bolsonaro apresente um programa detalhado de governo, mas ele defende o quê? Que despesas públicas pretende cortar caso mesmo pretenda aderir à lógica liberal de diminuir impostos? Ele é a favor das medidas tomadas pelo governo para tentar segurar o preço do diesel, continuará apoiando Donald Trump se a guerra contra o Irã se alongar? Acha bom que se motoristas e motociclistas que trabalham para aplicativos tenham uma remuneração mínima por corrida?

Sabemos que discussões em torno de programas de governo não costumam ser muito impactantes em eleições, até pelo tamanho da distância que há entre prometer e cumprir. Mas experiências recentes de governos díspares — Dilma Rousseff, Michel Temer, Jair Bolsonaro e Lula — permitem que tenhamos alguma diferenciação entre propostas feitas por administrações mais para lá ou mais para cá. Seria importante deixar isso claro, até para que ninguém volte a descobrir a existência, no Planalto, de alguém que militava contra vacinas.

A resistência bolsonarista em definir parâmetros mínimos para um eventual governo tem a ver com algo simples. Jair, filhos e mulher sabem ser mais simples e produtivo investir em temas abstratos, aqueles de sempre, pátria, Deus, família.

O script é o de sempre: no fim das contas, a disputa tem a ver com o ego e vaidade, são atores disputando a frente do palco.

Tales Faria

Ronaldo Caiado está candidato a Cristiano Machado

Mineiro de Sabará, Cristiano Monteiro Machado foi prefeito de Belo Horizonte entre 1926 e 1929. Concorreu à Presidência da República em 1950 em uma disputa já então polarizada entre o brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) e o ex-presidente Getúlio Vargas (PTB).

Cristiano Machado entrou para a história como aquele que deu nome a uma expressão muito usada na política brasileira: a cristianização. Trata-se da situação em que, durante a eleição, um candidato perde o apoio do próprio partido, que se integra a outra campanha com mais chances de vitória. Na eleição de 1950, seu partido se bandeou para a candidatura de Getúlio Vargas, que acabou eleito.

Curiosamente, a legenda a que estava filiado Cristiano Machado era o PSD, mesma sigla que agora anunciou como candidato a presidente da República o governador de Goiás, Ronaldo Caiado.

O próprio presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, admitiu nesta segunda-feira, 30, durante um evento em São Paulo, que Caiado terá que dividir o apoio de boa parte do PSD com os candidatos a presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL).

“Vai ter quem apoia o Lula, vai ter quem apoia o Caiado, vai ter quem apoia o Flávio”, declarou, reclamando da permissividade do sistema de coligações nas eleições majoritárias do Brasil.

Kassab foi até otimista. Na verdade, Caiado tem tudo para ser cristianizado pelos governadores e candidatos de seu partido ao comando dos governos estaduais.

Até o ato formal, em São Paulo, de lançamento da sua pré-candidatura a presidente contou com poucas lideranças do PSD e foi ignorado nas redes sociais de todos os 13 pré-candidatos da sigla aos governos estaduais, assim

como pela maioria dos atuais governadores do partido.

Em São Paulo, estado de Kassab, haverá muita dificuldade de montar palanque para Caiado. O PSD apoia o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), que dará sustentação a Flávio Bolsonaro.

No Rio de Janeiro, o prefeito Eduardo Paes (PSD) lidera as pesquisas para o governo, mas apoia abertamente Lula. Em Minas Gerais, o candidato do PSD é o vice-governador Mateus Simões, que declarou publicamente apoio a Romeu Zema (Novo) para presidente.

Ou seja, nem Rio, nem São Paulo, nem Minas, os três estados com maior número de eleitores. Mas no resto do país a situação também é ruim para Caiado.

Candidatos do PSD a governador no Centro-Oeste, no Norte e Nordeste também não o apoiam. Estão com Lula, Raquel Lyra (Pernambuco), Fabio Mitidieri (SE), Omar Aziz (AM). Eduardo Braide (MA) e Natasha Shlessarenko (MT). Caiado só tem o apoio do governador pededista Marcos Rocha, em Rondônia. No Sul, publicamente o governador do Paraná, Ratinho Jr (PSD), diz apoiá-lo, assim como o candidato do partido à sucessão, João Rodrigues. Mas, nos bastidores, a base de apoio de Ratinho é majoritariamente bolsonarista.

Até os líderes do PSD na Câmara, Antonio Brito (BA), e no Senado, Eliziane Gama (MA), fazem campanha pela reeleição do petista Lula.

Dentro do PSD, neste momento, o que corre solto não é o apoio a Caiado, mas a semelhança entre sua candidatura e a de outro integrante do PSD que entrou para a história, Cristiano Machado. Caiado está candidatíssimo à cristianização.

André Fufuca e Fábio Araújo*

O esporte como recomeço

Construindo o futuro do Paradesporto no Brasil
O Brasil já provou ao mundo sua força no paradesporto. Nas últimas edições dos Jogos Paralímpicos em Milão-Cortina 2026, consolidamos nosso lugar entre as grandes potências, com recordes, medalha e novos talentos surgindo a cada ciclo. Esse é um patrimônio do país. Mas, se por um lado o alto rendimento avança, por outro, ainda buscamos consolidar o esporte como ferramenta de reabilitação.

Essa diferença revela a existência de um enorme espaço que precisa ser ocupado por meio de uma política pública estruturada com planejamento e ação coordenada. É preciso levar o esporte para dentro dos Centros Especializados em Reabilitação (CERs) do SUS e conectá-lo, de forma permanente, às entidades de prática paradesportiva. Não se trata apenas de formar atletas de alto rendimento, mas de garantir o direito básico do acesso ao esporte como ferramenta de saúde, autonomia e cidadania.

Foi com esse compromisso que demos um passo histórico. O Ministério do Esporte lançou, neste mês, o Programa Vencer pelo Esporte, que estrutura uma política pública capaz de integrar cuidado, inclusão e desenvolvimento esportivo. Firmamos um acordo que permite a atuação direta do Ministério do Esporte no Contrato de Gestão do Ministério da Educação (MEC) com o Instituto Santos Dumont. Na prática, isso significa que o esporte agora está inserido na Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência do SUS como política pública integrada entre Educação, Saúde e Esporte. Essa é uma mudança de paradigma.

O Brasil conta atualmente com 342 Centros Especializados de Reabilitação, distribuídos por todas as regiões. Trata-se de uma infraestrutura robusta. No entanto, apenas cerca de 12% dessas unidades utilizam o esporte de forma estruturada. Esse dado revela o tamanho da oportunidade que temos diante de nós e também a urgência de agir.

O Acordo de Cooperação Técnica entre os ministérios do Esporte e da Saúde fortalece o cuidado intersectorial e amplia o uso do esporte e da atividade física na reabilitação, inclusive para pessoas com TEA. A iniciativa inclui formação de profissionais, produção de conhecimento, definição de indicadores e apoio a programas já em curso em todo o país.

A partir de agora, Esporte, Saúde e Educação atuam de forma integrada em um projeto comum, com o Instituto Santos Dumont como polo de formação, inovação e acompanhamento. Não se trata mais de discurso e sim de política pública concreta, com impacto direto na vida das pessoas.

Quando o esporte entra na reabilitação, ele não transforma apenas indicadores de saúde. Ele transforma trajetórias, amplia horizontes e muda a forma como a sociedade enxerga a pessoa com deficiência. Esse é o Brasil que queremos construir: um país que reconhece o esporte como ferramenta de inclusão, dignidade e oportunidade. Temos todas as condições de dar esse salto. E começamos. Porque o esporte, no Brasil, não é apenas competição. É também recomeço.

*André Fufuca – Ministro do Esporte

*Fábio Araújo – Secretário Nacional do Paradesporto